



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputada **JAQUELINE CASSOL**

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES – CVT

REQUERIMENTO Nº /2019

Requer a realização de Audiência Pública a fim de debater os requisitos necessários para circulação de Combinações de Veículos de Carga com segurança.

Senhor Presidente,

Com fundamento no disposto no art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a V.Exa. seja realizada Audiência Pública da Comissão de Viação e Transportes, para debater **os requisitos necessários para circulação de Combinações de Veículos de Carga com segurança**, com a participação dos seguintes convidados:

DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO – DENATRAN

Jerry Adriane Dias Rodrigues – Diretor

POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – PRF

Adriano Marcos Furtado – Diretor Geral

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTE DE CARGA

Pedro José de Oliveira Lopes - Presidente

FRENTE PARLAMENTAR MISTA EM DEFESA DO CAMINHONEIRO AUTÔNOMO E CELETISTA

Maurício Dutra de Carvalho Junior



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputada **JAQUELINE CASSOL**

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRANSPORTES – CNT

Vander Francisco Costa – Presidente

ASSOCIAÇÃO DAS INDÚSTRIAS SUCROENERGÉTICAS DE MINAS GERAIS - SIAMIG

Mário Ferreira Campos Filho – Presidente

ENGETI CONSULTORIA E ENGENHARIA S/S LTDA

Fabício Gustavo Tardivo – Engenheiro e Coordenador de Projetos

JUSTIFICATIVA

Em 13 de novembro de 2006 foi publicada a Resolução nº 211 do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, com intuito de estabelecer os requisitos necessários à circulação de Combinações de Veículos de Carga – CVC, a que se referem os artigos 97, 99 e 134 do Código de Trânsito Brasileiro.

A Resolução estabelece, dentre outros requisitos, a necessidade de que as Combinações de Veículos de Carga (CVC) com mais de duas unidades que possuam o Peso Bruto Total (PBT) entre 57t (cinquenta e sete toneladas) e 91t (noventa e uma toneladas) ou com comprimento total acima de 19,80m (dezenove metros e oitenta centímetros), exigindo para que haja regular circulação, Autorização Especial de Trânsito (AET), a ser concedida pelo Órgão Executivo Rodoviário da União, dos Estados, dos Municípios ou do Distrito Federal.

Após a publicação da Resolução supracitada, diversas outras também foram editadas para estabelecer limites de tráfego aos veículos mais pesados ou medidas superiores aos convencionais, até então.

Uma dessas Resoluções foi a nº 640, que possui por escopo regulamentar os procedimentos administrativos, especificações técnicas das Combinações de Veículos de Carga (CVC), assim como seus itens e ensaios de segurança.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputada **JAQUELINE CASSOL**

A supracitada Resolução estabelece novos critérios, como a concessão de Autorização Especial de Trânsito (AET) para veículos com Peso Bruto Total (PBTC) entre 74t (setenta e quatro toneladas) a 91t (noventa e uma toneladas), aumentando, portanto, os limites previamente estabelecidos.

Dessa forma, as Resoluções se mostram dignas de debate, tendo em vista que os fatores peso e medidas dos veículos interferem nas condições de tráfego de segurança, proteção e fluidez no trânsito, devendo sempre ser priorizadas antes de qualquer decisão tomada por esta Comissão, tendo em conta ser esta Deputada a relatora do Projeto de Lei nº 602/2017, que trata sobre o tema.

Assim, Senhor Presidente e demais pares, pelo que regem os princípios da Administração Pública, rogo pela aprovação deste Requerimento para realização de audiência pública, preferencialmente sendo reservados dois dias para tanto, ante a quantidade de participantes e relevância do assunto.

Sala da Comissão, de de 2019.

Jaqueline Cassol

Deputada Federal – PP/RO